CAPÍTULO 1

SITUAÇÃO ATUAL E TENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA CHINA[1]

Gao Yingshuang[2]

Transformar a China, um país imenso e o mais populoso do mundo, em uma nação forte em recursos humanos constitui um problema estratégico não só do Estado, mas uma questão que exige atenção, também, da academia e da comunidade em geral.

De 1977, ano da reimplantação do vestibular, até o final do século XX, o ensino superior na China funcionou sob a gestão centralizada do Estado e caracterizou-se por contemplar, principalmente, pessoas oriundas da elite do país. Após esse período, em decorrência do amplo processo de reformas e de abertura pelos quais passou o país e das possibilidades abertas pelo desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação, a admissão de estudantes nas instituições de ensino ampliou-se de forma significativa e a estrutura da educação superior, como um todo, sofreu profundas modificações.

Mas não apenas isso. As reformas na educação superior, que objetivaram garantir um número crescente de pessoas matriculadas nas universidades de excelência do país, encontrar bons empregos e, consequentemente, viver melhor, fizeram mudar, também, as necessidades dos indivíduos relacionadas à educação.

Para garantir a execução das reformas e o esperado desenvolvimento do país, o governo chinês passou a adotar estratégias de âmbito nacional que consideram, a um só tempo, a realidade e as condições existentes no país, bem como as experiências de outras nações. No que concerne ao processo de popularização da educação superior, a China optou por um caminho de desenvolvimento baseado em qualificações e vem criando, paulatinamente, um sistema que, ao mesmo tempo, satisfaça as necessidades dos indivíduos e se adeque ao projeto de crescimento social do país.

1. Yu Pin Fang, chinesa radicada no Brasil, foi a responsável pela tradução deste capítulo.

2. PhD em educação pela Universidade Normal da China Oriental. Pesquisador assistente na Divisão de Planejamento e Avaliação da Universidade de Estudos Políticos da Juventude da China.

1 REFORMAS: CRIAÇÃO E ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA ADMINISTRATIVO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR MAIS FOCADO NO UNIVERSITÁRIO

A desejada popularização da educação superior na China foi construída dentro de um processo contínuo de descentralização administrativa e de ajustes iniciados em 1998. Nesse processo, o governo chinês ampliou o recrutamento de estudantes, fundiu universidades e implantou a cobrança de anuidades. Essa radical reforma da educação superior estabeleceu uma base firme tanto para o desenvolvimento socioeconômico do país quanto para a construção do próprio ensino superior na China.

1.1 Gestão bidimensional: parceria entre o governo central e o da província, um sistema administrativo que prioriza a gestão local

No fim do século XX, conforme se reformava a estrutura política do país e se ajustavam os órgãos do Conselho do Estado, o país reajustou, fundiu e descentralizou uma série de instituições de educação superior que eram então administradas por diferentes setores e departamentos do governo central e das províncias. A situação de "compartimentalização" dessas instituições foi alterada, formando-se o atual sistema administrativo bidimensional, isto é, uma parceria entre o governo central e o de cada província, que tem a preferência na gestão das instituições.

As mudanças do sistema administrativo das instituições produziram rupturas relevantes e geraram um grande avanço na educação superior do país. Em 1998, nove departamentos do Ministério da Indústria e Mecânica foram fechados e fundidos bem como realizaram-se ajustes nas relações de subordinação de suas 91 Instituições de Educação Superior Regulares (IESRs) e 72 Instituições de Educação Superior para os Adultos (Iesas).[3]

No primeiro semestre de 1999, ajustou-se o sistema administrativo das 25 IESRs e 34 Iesas subordinadas às cinco áreas da corporação militar: armas pesadas, aviação, aeroespacial, construção naval e indústria nuclear.

Já na primeira metade de 2000, ajustou-se o sistema administrativo de 161 IESRs e 97 Iesas, subordinadas aos 49 departamentos do Ministério das Ferrovias do Conselho do Estado.

Após os ajustes, as 367 IESRs subordinadas aos 62 ministérios reduziram-se a aproximadamente 120 Instituições de Educação Superior (IES) subordinadas a dez ministérios. Dessas 120, 71 pertencem diretamente ao Ministério da Educação e cerca de cinquenta, a outros ministérios. Além dessas, a China conta ainda com outras 896 IESRs, que são subordinadas à administração local ou a têm como

3. Nota da tradutora: refere-se às instituições, geralmente noturnas, ou à distância, destinadas às pessoas com defasagem escolar e que já trabalham.

administradora principal (Ma, 2013). Os ajustes movimentaram, ainda, o ativismo em defesa do desenvolvimento local da educação superior, que avançou de maneira relativamente significativa.

Atualmente, mais de 95% das IESRs são locais. Dentre elas, mais de cem são institutos e faculdades de graduação e cerca de quatrocentas são colégios técnicos profissionalizantes, patrocinados e sustentados financeiramente pelos governos municipais. Essas IES locais recebem um fluxo grande de pessoas que estão em idade de cursar a universidade, com isso, são participantes da crescente popularização do ensino superior. Formou-se, desse modo, um sistema administrativo de educação superior que atende tanto às condições do governo da China quanto ao padrão mundial de desenvolvimento da educação superior.

Para aprofundar as reformas do sistema administrativo, sobretudo em função das novas necessidades resultantes das transformações do país em direção à economia de mercado, o governo tem ampliado gradativamente o processo de descentralização, exigindo o cumprimento de um percurso educacional que corresponde ao próprio padrão estabelecido. Observa-se ainda que essas mudanças são percebidas também nos documentos da política nacional, na legislação e nas normas decretadas nos últimos trinta anos.

Em outubro de 2012, o Ministério da Educação editou o Índice dos Cursos de Graduação das IESRs e o Regulamento Administrativo para a Implementação de Cursos de Graduação nas IESRs, ambos formados com base na revisão da versão de 1998 do índice. Comparado ao de 1998, o ponto marcante em 2012 é a ampliação da autonomia local na implementação dos cursos de graduação nas IES, estabelecida sob fiscalização e controle do governo central, além do incentivo à organização interna das IES em conformidade com a legislação.

A edição do novo índice repercutiu na descentralização dos departamentos do governo responsáveis pela educação, em respeito à vontade do Estado de se atingir um novo padrão de desenvolvimento da educação. Influenciou também na construção de uma base para a autonomia de organização educacional das IES e no incentivo crescente à concorrência entre elas.

1.2 Coexistência dos ensinos superior de elite e popular e dos sistemas público e privado

Desde o estabelecimento da Nova China, em 1949, o país tem seguido dois caminhos de desenvolvimento para a educação superior. Por um lado, vem aperfeiçoando gradualmente as categorias dos cursos das IES de acordo com suas necessidades econômicas e sociais, por meio da criação de universidades multidisciplinares e escolas politécnicas, além de institutos e faculdades de licenciatura em agricultura e silvicultura, recursos hídricos e energia elétrica, medicina e farmácia, línguas,

economia e finanças, educação física e artes, por exemplo. Por outro lado, vem adotando uma organização educacional estratificada em níveis acadêmicos e um modelo de criação de excelência, implementado em universidades de alta qualidade tanto do Projeto 211 quanto do Projeto 985; em IES diretamente subordinadas aos ministérios centrais, tais como a Universidade Tsinghua e a de Pequim; em IES autorizadas a conceder título de doutorado e mestrado; em IESR de graduação; em colégios técnicos profissionalizantes, entre outros.

Em abril de 2012, o país lançou o projeto Planejamento 2011, que visava acelerar a construção de universidades de alta qualidade, além de fomentar a proliferação e a distinção das instituições superiores. Este projeto previa também um caminho de desenvolvimento voltado à diferenciação profissional, aos serviços, à aplicação e à inovação tecnológica.

Embora o sistema de educação superior do país seja majoritariamente público, após a promulgação da Norma de Incentivo à Implementação das IES particulares, em agosto de 1993, o número de instituições particulares aumentou de maneira significativa. Conforme estatísticas do Ministério da Educação, de 1997 a 2002 (China, 1993; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002), as IESR particulares aumentaram de vinte para 131; em 2010, para 676; e chegaram a 698 em 2011. Esse crescimento fez das instituições particulares um complemento importante ao ensino superior público. Juntas, instituições públicas e privadas compõem um quadro de coexistência na educação superior de elite e na popular.

1.3 Política prioritária de admissão por meio de exame nacional e recrutamento particular complementar

Como já foi dito, desde o início das reformas e da abertura, a China voltou a adotar o exame nacional de acesso à educação superior (*gaokao*) como mecanismo preferencial de admissão. Considerado relativamente justo, imparcial e objetivo, o *gaokao* possui, contudo, limitações que têm sido compensadas pelo governo chinês por meio de reformas-piloto, ampliando, dessa forma, a autonomia das IES no recrutamento de estudantes.

Nas universidades de excelência, os candidatos que participam do recrutamento precisam ainda passar pelo exame, e quando aprovados, têm direito a vinte pontos ou a outros benefícios na nota final da sua prova.

Nas universidades de Fudan e Shanghai Jiao Tong, especificamente, os estudantes recrutados também precisam passar pelo *gaokao*. Contudo, como são estudantes pré-aprovados, a nota de seu exame tem um caráter apenas consultivo e de referência. Após serem pré-aprovados e assinarem contrato com uma das

universidades aprovadas para operar essa forma de recrutamento, os candidatos são automaticamente considerados desistentes das vagas de outras IES.

Por fim, nas IES de ensino profissionalizante como as de Beijing, Shanghai e Hebei, os candidatos aprovados nos exames de seleção próprios de cada instituição não precisam fazer o *gaokao*.

Além das instituições contempladas pelos três projetos de reforma-piloto mencionados, outras 68 IESRs realizaram o recrutamento próprio em 2008 e 76 IESR, em 2010. A análise do total de admissões de estudantes nas universidades de Zhejiang, de Pequim, Politécnica de Wuhan e de Ciências e Tecnologias de Huazhong, por exemplo, mostra que essas instituições admitiram, em 2008, um número relativamente grande de estudantes por meio de recrutamento próprio: de oitocentas a 1,3 mil pessoas.

A ampliação e o aperfeiçoamento das políticas de recrutamento de estudantes na educação superior têm resultado ainda em maior diversificação da procedência dos universitários e, por conseguinte, em mais igualdade de condições de acesso à educação superior.

1.4 Pagamento e prêmios, empréstimos, diligência, suprimento e isenção como sistema unificado de assistência financeira ao aluno

Entre 1977 e 1989, a China optou por uma política de gratuidade para a educação superior e operou de forma articulada os sistemas de exame nacional de admissão e de atribuição de trabalho para os universitários recém-formados. Após esse período, o governo adotou duas medidas que transformaram o sistema até então vigente de responsabilização integral do Estado pela educação superior. Foi instituída a política de cobrança de anuidades e o sistema de atribuição de trabalho aos universitários deixou de existir. Com essas mudanças, promulgadas oficialmente em 1993, passa, portanto, a vigorar no país um sistema de responsabilidade compartilhada dos custos educacionais, e o governo cria mecanismos de padronização tanto da admissão quanto da cobrança de anuidades.

Em 1997, a implementação do exame nacional de acesso à educação superior, do recrutamento autônomo das instituições de ensino e do pagamento de anuidades pelos universitários, conforme um padrão nacional de pontuação e valores, estava concluída em quase todas as IES.

De acordo com as estatísticas (China, 2000), a média nacional da taxa acadêmica, em 2000, era de RMB 4,5 mil[4] por ano. Na graduação, para a área de humanas, a média era de RMB 4,2 mil; para a de exatas, aproximadamente RMB 4 mil;

4. Nota da tradutora: RMB refere-se ao renminbi, a moeda oficial da China. RMB 100,00 = R$ 60 (Em 1º de fevereiro de 2016).

e para a de línguas estrangeiras e artes, RMB 5 mil. Após a virada do século, a taxa se estabilizou entre RMB 4,5 mil e RMB 6 mil nas regiões de desenvolvimento estável e entre RMB 3 mil a RMB 4 mil nas subdesenvolvidas, sofrendo pequenos ajustes no caso de certas disciplinas.

Paralelamente, considerando a discrepância de renda entre as famílias chinesas e para diminuir os problemas associados ao custo da educação para os estudantes provenientes das famílias de baixa renda, o Banco Popular da China, o Ministério da Educação e o Ministério de Finanças criaram, conjuntamente, a Política Nacional de Financiamento para Auxílio de Custo, que subsidia os universitários mais pobres. Essa política foi extensamente implementada a partir de 2000. No entanto, com a ampliação do recrutamento das IES, a questão dos estudantes pobres ficou cada vez mais evidente.

Conforme dados estatísticos (China, 2009), em 2009, 23,06% das 22,9 milhões de pessoas matriculadas nas IESR tinham dificuldades financeiras e 1,7 milhão, ou o equivalente a 7,27% do total, foram classificadas como muito pobres.

Para resolver o problema desses estudantes, o país desenvolveu e reservou recursos financeiros substanciais para o programa *Não Perder Nenhum Universitário em Função da Pobreza*, que, até o final de 2011, atingiu 2.121 regiões e municípios das 27 províncias em que foi desenvolvido. A ajuda de custo do programa é concedida conforme o local de nascimento do aluno.

O sistema de auxílio do governo é composto por prêmios que são concedidos sob a forma de bolsas de estudos, ajudas e isenção de custos, por empréstimos sem taxa de juros e por programas de trabalho e estudo. Universidades como Tsinghua utilizam ainda outros programas de auxílio, como o repasse financeiro da própria instituição e doações de *alumni*, que estabelecem "um caminho verde"[5] para os estudantes que ingressam na universidade.

Até abril de 2011, a Universidade Tsinghua concedeu, por meio dessas doações de *alumni*, mais de 325 tipos diferentes de bolsas. Essa forma de ajuda entre os companheiros universitários, sem a solicitação de contrapartida, não só resolveu muitos problemas no ingresso de candidatos pobres na universidade e no que se refere ao custo de seus estudos, como também estreitou as relações entre os estudantes.

Além disso, é importante destacar o fato de que muitas IES, por meio do programa trabalho-estudo, contribuíram para a independência dos estudantes,

5. Nota da tradutora: refere-se ao projeto de ajuda de custo para que estudantes provenientes de famílias pobres possam ingressar na universidade e concluir os estudos. É uma política obrigatória para todas as IESRs de tempo integral, conforme disposição do Ministérios de Educação, da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reformas e do Ministério de Finanças (equivalente ao Ministério da Fazenda do Brasil).

para uma maior consciência sobre suas responsabilidades e para sua capacidade de trabalho. Por intermédio das ações citadas, não só o impasse em torno das desigualdades econômicas no sistema de educação vem sendo resolvido com eficácia, como também, de certo modo, a harmonia e a estabilidade social têm sido promovidas.

1.5 Escolha autônoma de emprego voltado para o mercado e a mudança da identidade dos universitários

A educação superior é um fator fundamental na estratificação e na mobilidade social e pode ser vista, no caso da popularização da educação superior na China, na alteração observada na identidade dos universitários, bem como em suas possibilidades de emprego.

Entre 1977 e 1988, como a China necessitava de uma grande quantidade de profissionais técnicos e administradores, o Estado optou por se responsabilizar pelos custos acadêmicos da maioria dos universitários das IES e pela atribuição uniforme de empregos entre os estudantes. Naquele período, os universitários eram considerados capacitados e habilidosos, formados para oferecerem grandes contribuições à sociedade.

Ao cursarem o ensino superior, os universitários recebiam a identidade profissional de administrador, que permitia, principalmente àqueles provenientes da zona rural, transferir-se para o *hukou*[6] da cidade, e desse modo ascender na escala social, obtendo a "tigela de ferro" como funcionários públicos.

Com o aprofundamento das reformas e da abertura – especialmente após o discurso de Deng Xiaoping, na sua viagem ao Sul, em 1992 –, a China iniciou uma série de reformas políticas, como a distribuição unificada dos graduados no mercado de trabalho e o recrutamento pelo exame nacional de acesso à educação superior. A partir de 1993, a escolha do emprego passou a ser dos próprios graduados, e não mais do Estado, e as IES se tornaram responsáveis apenas por encaminhá-los para o mercado. A elite universitária da década de 1980, que se alimentava às custas do governo, transformou-se a partir de 1999, quando a educação superior passou a ampliar o recrutamento em uma comunidade de estudantes capazes de pagar a taxa acadêmica e de escolher sua profissão autonomamente.

Em todo esse processo, cresce a liberdade de busca dos universitários por conhecimento, educação e emprego. A educação superior torna-se uma plataforma de distribuição dos talentos diversificados de seus graduados e o *status* dos estudantes passa a ser determinado pelas capacidades que demonstram na sociedade

6. Nota da tradutora: refere-se ao sistema chinês de registro de família, que contém informações básicas como números de pessoas, lugar de residência, entre outras.

e no mercado de trabalho. Há estudiosos que nomeiam este período como de "deselitização" da educação superior ou "pós-elite".

A grande quantidade de universitários formados após a popularização da educação superior, no entanto, provocou uma pressão no mercado de trabalho, criando um certo descolamento entre a estrutura da educação e a dos setores de produção, comprometendo, dessa forma, a fluidez na comunicação entre eles. O setor terciário, que por suas próprias características é capaz de absorver talentos altamente qualificados, não tem, contudo, desenvolvido-se de modo a conseguir acolher o grande número de estudantes recém-formados.

Além disso, a parcela ainda existente de pessoas que, presas ao pensamento tradicional, desejam ficar sob a proteção do sistema e se sustentar com a "tigela de ferro", isto é, ocupar o cargo de funcionário público, provoca um grave desequilíbrio entre o número de universitários formados e as vagas disponíveis, a dissociação entre o trabalho e a formação universitária, chegando ao ponto de tornar a renda dos universitários menor que a dos camponeses.

É possível ainda destacar desse amplo processo de expansão do recrutamento na educação superior chinesa que as reformas e a reorganização da economia, dos benefícios sociais e das políticas de emprego são ações importantes na concretização da eficácia do ensino superior em um país de população e realidades tão diversas.

2 SITUAÇÃO ATUAL DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

A partir de 1998, a popularização da educação superior na China gerou transformações importantes na estrutura que regula as IES como um todo. Para entender seu funcionamento, há que se considerar a complexidade do sistema e olhar, principalmente, para a estrutura dos níveis de formação, das categorias de ensino e dos cursos.

2.1 Níveis de formação, categorias de ensino e cursos da educação superior na China

2.1.1 Estrutura dos níveis de formação

Observando-se a estrutura da educação superior da China em toda sua extensão, é possível perceber que sua organização atende, ao mesmo tempo, às demandas públicas de formação para o mercado, expressas na divisão social do trabalho, e às demandas pessoais de formação dos indivíduos.

Atualmente, a educação superior chinesa confere diplomas – classificados, de acordo com a prioridade, em aplicação profissional[7] ou em pesquisas científicas –

7. Nota da tradutora: o que corresponde aproximadamente ao nosso *lato sensu*.

para os concluintes de três níveis de formação. Aos estudantes dos cursos de especialização,[8] o diploma técnico; aos estudantes de graduação, os diplomas de licenciatura ou bacharelado; e aos de pós-graduação, os títulos de mestre ou doutor.[9]

Entre 1998 e 2011, houve um aumento significativo tanto no número de candidatos quanto no de matriculados nos três níveis de formação. O número de matriculados, que em 1998 foi de 3.410.000 pessoas, saltou para 18.850.000 em 2007 e para 31.670.000 em 2011. Cresceu, portanto, quase nove vezes nesse período. Já a quantidade de matriculados, que foi de 653.100 em 1998, 5.660.000 em 2007 e 6.815.000 em 2011, saltou mais de dez vezes no mesmo intervalo de tempo. Nesses quase dez anos, a taxa de escolarização bruta cresceu de 9,8%, em 1998, para 23,0% em 2007, e alcançou 26,9% em 2011. A taxa bruta de crescimento e o tamanho do sistema já são os maiores verificados no cenário internacional.

A ampliação do recrutamento de estudantes na China teve ritmos diferentes ao longo desse tempo. De 1998 a 2004, período de crescimento mais acelerado do recrutamento, o número de candidatos na graduação e na especialização subiu 21,7% ao ano (a.a.). A esse período, seguiu-se um outro de desaceleração. De 2004 a 2006, a média do aumento foi de 11,1%, e de 2006 a 2007, de 3,7%. Por fim, entre 2010 e 2011, as 197,5 mil pessoas que entraram no ensino superior representaram um crescimento anual de 2,98%. No caso da pós-graduação, houve também um aumento significativo do número de candidatos, sobretudo ao mestrado. Os interessados por uma vaga passaram de 57,5 mil, em 1998, para 360,6 mil em 2007, um crescimento anual médio de 52,7%. Em 2011, esse número chegou a 560,2 mil pessoas, e ultrapassou o número de candidatos de 2010 em 22 mil, o equivalente a 4,09% de crescimento em relação ao ano anterior. Já o recrutamento de doutorandos cresceu a uma média anual de 28,78%, e de 15 mil candidatos, em 1998, foi para 58 mil em 2007. Em anos mais recentes, o crescimento do recrutamento de doutorandos tem sido mais limitado.

2.1.2 Categorias de ensino

As categorias do ensino superior podem ser definidas em função da proporção da forma como as diferentes organizações de ensino estão ligadas. Além disso, as necessidades econômicas, o nível de desenvolvimento tecnológico e a popularização da educação superior são elementos que exercem influência nas mudanças promovidas nas categorias de ensino. Em função do avanço veloz no desenvolvimento tecnológico – sobretudo no setor de informática –, distâncias antes intransponíveis tornaram-se irrelevantes; consequentemente, o tempo passou a não ser mais um elemento decisivo no processo educativo. Especificamente na educação superior,

8. Especialização em trabalhos técnicos (tecnólogo). É um tipo de ensino que faz parte da educação superior, porém com um tempo mais curto em relação à graduação, com objetivo à formação de profissionais técnicos.

9. Nota da tradutora: o que corresponde ao nosso *stricto sensu*.

aulas divulgadas na internet não somente propiciam que mais informação circule na sociedade, como também permitem que materiais de extrema qualidade cheguem aos estudantes de forma mais imediata. A partir dessa realidade, observa-se que mesmo as IES de tempo integral não conseguem acompanhar o ritmo imposto pela tecnologia, por sua fluidez, instantaneidade e, principalmente, por acompanhar as demandas de tempo e espaço dos estudantes, o que não acontece numa instituição formal, isto é, num ambiente físico.

O resumo do Plano Nacional Chinês para Reforma e Desenvolvimento Educacional de Médio e Longo Prazo (2010-2020) aponta para a necessidade de desenvolvimento de tipos variados de educação superior não formais, isto é, não necessariamente nos moldes tradicionais de um curso oferecido presencialmente, como meio de propiciar uma educação duradoura – aproveitando a capacidade que os meios tecnológicos recentes têm de armazenamento de dados – e a formação de uma sociedade de aprendizagem (China, 2010).

A educação superior chinesa é classificada – a depender da organização, objetos e missões educacionais das instituições – em ensino integral e ensino não integral. No ensino integral, estão incluídas as IES normais,[10] tais como as universidades multidisciplinares, os colégios superiores de especialização e os institutos superiores de ensino profissionalizante. Em contrapartida, no ensino não integral, estão incluídas as universidades de educação à distância, a proficiência de autodidatas, os cursos noturnos, as aulas via internet, as universidades de rádio e TV e os institutos de gestão.

O recrutamento amplo das IES promoveu um desenvolvimento inédito no âmbito da educação superior comum bem como modificações diretas em sua estrutura. Em quase dez anos, o número de instituições de ensino superior passou de 1.071 unidades, em 1999, para 2.263 em 2008, o que representa uma média de crescimento anual de 132 instituições. Em 2011, esse número chegou a 2.409 (incluindo 309 faculdades), 51 unidades de ensino a mais do que em 2010. O número de matriculados nas IESRs também subiu rapidamente. Com uma média de crescimento de 1.902.900 pessoas por ano, o número de matriculados passou de 4.367.500, em 1999, para 21.493.200 em 2008. Já em 2011, esse número chegou a 23.085.100 pessoas, um crescimento de 767.100, ou 3,44% a.a., evidenciando uma tendência recente de redução nas taxas de crescimento.

Ao contrário das IESRs, as Iesas têm vivido um processo inverso, caminhando para a diminuição de sua estrutura. As 772 Iesas existentes em 1999 foram reduzidas a quatrocentas em 2008, chegando a uma média de redução anual de 41 unidades. Em 2011, esse total chegou a 353 instituições, representando uma redução de doze

10. Nota da tradutora: universidade normal são instituições superiores para a formação de professores e que oferecem cursos de licenciatura.

unidades em comparação com o ano anterior. Neste mesmo período, contudo, o número de matriculados manteve a tendência de crescimento geral. De 1999 a 2008, o número de matriculados cresceu a uma média anual de 269,8 mil pessoas e passou de 3.054.700, em 1999, para 5.475.000 em 2008. Em 2011, o número de matriculados chegou a 5.475.000, totalizando 114,6 mil matriculados a mais do que em 2010.

Vale destacar que das 9.226.700 pessoas que prestaram o teste de proficiência de autodidatas no âmbito do ensino superior, 742,8 mil obtiveram o diploma. Além disso, 8.628.000 pessoas prestaram o concurso de educação não acadêmica.

Assim, nota-se que, no período mencionado, a diferença entre o número de matriculados das IESRs e das Iesas aumentou. Além disso, desde o projeto-piloto elaborado pelo Ministério da Educação sobre educação à distância no mundo moderno, é possível concluir que essa modalidade representou mais um avanço na estrutura da educação superior. De 2002 a 2008, o número de matriculados nessa modalidade de ensino aumentou de 1.082.200 para 3.559.000, apresentando uma média de crescimento anual de 412.280 estudantes (Huang, 2010).

2.1.3 Cursos

A estruturação dos cursos de educação superior tem uma relação direta com o sistema de profissões do país e é, no contexto da análise horizontal do sistema, uma combinação de diferentes cursos e seus diversos públicos.

Em função dos diversos níveis de desenvolvimento econômico existentes no país e da divisão dos setores de produção, a classificação da estrutura dos cursos também apresenta certas diferenças.

Assim, deve corresponder à estrutura de produção econômica e ao desenvolvimento tecnológico necessário para assegurar a formação de pessoas capacitadas, seu aproveitamento eficiente na sociedade bem como o de seu conhecimento. O *Catálogo dos Cursos de Graduação das Instituições de Educação Superior* – lançado pela primeira vez em 1998 e que sofreu, até o momento, quatro revisões – apresenta, na versão de 2012, as doze áreas de estudos existentes: filosofia, economia, direito, educação, literatura, exatas, engenharias, agrárias, medicina, gestão e artes, que foi incluída nesta última versão. Além desses, foram criados alguns cursos auxiliares nessas áreas.

Como resultado, as categorias dos cursos aumentaram de 73 para 92, e o número total dos cursos foi reduzido de 635 para 506, incluindo-se nesse número 352 cursos básicos e 154 especiais. Nos últimos anos, em função das grandes descobertas da ciência e dos enormes problemas do cotidiano, que demandam soluções

integradas, surgiu a tendência à integração entre diversas áreas acadêmicas; com isso, produziram-se várias áreas interdisciplinares.

2.2 Construção de IES e de cursos de excelência por meio da diligência do governo

A popularização da educação superior, ao mesmo tempo que contribuiu para a transformação da estrutura de ensino, gerou também grandes mudanças no modo de funcionamento das instituições. A economia, a educação e a onda de globalização dos talentos impulsionaram as reformas da educação superior organizadas pelo governo e tornaram o país mais competitivo internacionalmente. Nesse processo de reformas, o governo chinês tem promovido ativamente a construção de IES de excelência e criado iniciativas como os Projetos 211 e 985, que objetivam colocar a educação superior do país no patamar de excelência mundial e a fomentar um desenvolvimento diferenciado e avançado do ensino.

Nesse contexto, o país tem destinado recursos financeiros para a construção de universidades de alta qualidade bem como para a criação de cursos de excelência que visam à formação de universitários criativos e diferenciados. Além disso, ao enfrentar a competição internacional, estas IES tornam-se modelos para as outras, elevando o nível da educação superior como um todo.

2.2.1 Projeto 211

Em 1992, após o discurso de Deng Xiaoping em sua viagem ao Sul, consolidaram-se as ideias sobre a criação do sistema de economia de mercado socialista e o crescente fortalecimento do país por meio da educação tecnológica. Para enfrentar os desafios da relação entre as reformas e as novas tecnologias, o país desenvolveu estratégias integradas a seu contexto político e planejou criar em torno de cem IES de excelência bem como cursos de alta qualidade, por meio da união de forças dos governos central e locais.

O governo chinês objetivava elevar a qualidade do ensino e da pesquisa bem como a da gestão e a da eficácia da organização das IES por meio de ações que abrissem a possibilidade de as próprias universidades submeterem propostas de cursos que contassem com a pré-aprovação de setores do governo e a sua eventual preparação, formalização, implementação e avaliação. Estimava-se que em torno do ano 2000 poderia ser criada uma gama de universidades, áreas acadêmicas ou cursos de elevada qualidade.

Esse planejamento grandioso para o século XXI foi chamado de Projeto 211 e conta, atualmente, com 112 universidades participantes.

2.2.2 Projeto 985

No dia 4 de maio de 1998, em decorrência do aprofundamento da educação técnica para o fortalecimento da nação, o então secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), Jiang Zemin, apresentou, no evento de comemoração do centenário da criação da Universidade de Pequim, a ideia de que, "em prol da concretização da modernização, o país necessita de universidades de alta qualidade com padrão internacional".

Por seu turno, no Plano de Ação de Revitalização da Educação para o Século XXI, o Ministério da Educação decidiu apoiar prioritariamente algumas IES, tais como a Universidade de Pequim e a Universidade Tsinghua, a fim de construir universidades de excelência por intermédio do Projeto 985.

Além das Universidades Tsinghua e de Pequim, foram incluídas, no primeiro estágio do Projeto 985, a Universidade de Tecnologia da China, a Universidade de Nanquim, a Universidade Fudan, dentre outras, totalizando 34 instituições. No segundo estágio, foram incorporadas as Universidades de Agronomia da China, de Tecnologia de Defesa do Estado, de Minzu da China, Noroeste Tecnológica de Agricultura e Florestas e Normal de Huadong.

A implementação dos Projetos 211 e 985 foi bastante eficiente. Atraiu para as instituições envolvidas uma gama de pessoas talentosas e qualificadas, reuniu um grupo de professores de excelência e construiu uma boa estrutura acadêmica. A construção de universidades e de cursos de excelência gerou um retorno positivo e proporcionou ainda o rápido desenvolvimento da capacidade de inovação no país.

De acordo com os dados divulgados pelo Essential Science Indicators (ESI) – um renomado banco de dados dos Estados Unidos sobre a influência acadêmica –, em 2001, considerando as universidades chinesas de excelência, os autores associados a quarenta cursos tiveram artigos citados. Já em 2010, esse número aumentou praticamente sete vezes, atingindo cerca de 270 cursos, dentre os quais um grupo de cursos ficou entre os primeiros cem colocados em citações. Quando se considera o número de artigos publicados, dezoito cursos de onze universidades de excelência entraram para a lista das vinte primeiras instituições de educação superior, considerando o número de publicações (Zhou, 2012).

2.2.3 Miniprojeto 985

Para maximizar a função da educação superior no contexto amplo de criação de um país inovador e para acelerar a modernização do socialismo, o Conselho do Estado decidiu, em 2006, que o Ministério da Educação e o de Finanças seriam conjuntamente responsáveis pela transformação de algumas universidades em um grupo de instituições de excelência. O objetivo dessa nova proposta era incentivar

a capacidade de inovação tecnológica dos cursos universitários bem como resolver grandes problemas do desenvolvimento socioeconômico do país.

As instituições normalmente são escolhidas dentre as participantes do Projeto 211 que contam com um ou dois cursos de alto nível e gozam de grande reputação. O Miniprojeto 985 tem sido executado concomitantemente ao Projeto 985, e as instituições selecionadas recebem do governo central um aporte financeiro muito próximo ao que recebem as do Projeto 985. Além disso, como as características das instituições de ensino que participam dos dois projetos são bastante parecidas, optou-se por nomear esta plataforma de inovação para cursos de excelência do Miniprojeto 985.

Atualmente, o miniprojeto constitui-se de 32 plataformas permanentes criadas pelo programa, além de uma plataforma de inovação na formação de professores em seis universidades normais: Universidade Normal de Beijing, Universidade Normal de Huadong, Universidade Normal do Nordeste, Universidade Normal de Huazhong, Universidade Normal de Shanxi e Universidade Normal do Sudoeste.

2.2.4 Miniprojeto 211

Em 2012, durante a implementação do Projeto 211, o Conselho de Desenvolvimento e Reformas e o Ministério da Educação iniciaram o Miniprojeto 211, também denominado de Projeto de Construção de Capacidades Básicas das IES da Região Centro-Oeste. Com ele, objetivavam realizar o XII Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social e o Plano da Reforma e Desenvolvimento da Educação Nacional em Longo Prazo (2012-2020), revitalizar a educação superior do Centro-Oeste, promover o desenvolvimento coordenado do ensino superior das regiões e elevar, efetivamente, a capacidade de organização educacional das IES dessa região.

Esse projeto consiste em apoiar, prioritariamente, as cem universidades de excelência das 24 províncias da região que possuem as características e capacidades potenciais exigidas pelo programa. Funcionando em ciclos de cinco anos, o Miniprojeto 211 tem como proposição elevar a capacidade de organização educacional das IES dessa região, aumentar a qualidade da seleção de talentos e, especialmente, melhorar a prática e a empregabilidade dos estudantes. Busca-se, com isso, fortificar as instituições tanto no sentido estrutural quanto no aspecto funcional, além de melhorar as condições e o nível de ensino das IES dessa região. Tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico local, o projeto busca ainda oferecer aos graduandos benefícios que lhes permitem ter uma melhor capacitação e apoio intelectual.

Por tudo isso, e em defesa da transformação da educação superior da região, o projeto lidera as reformas do ensino de graduação local e aumenta o nível de capacitação dos estudantes como um todo. O projeto, que parte das características

locais, elaborou um planejamento estratégico para garantir o desenvolvimento coordenado da educação superior da região Centro-Oeste.

2.2.5 Plano 2011

A capacidade de inovação da universidade e a contribuição social que oferece são fatores importantes na avaliação do nível de excelência da instituição e têm influência direta no fortalecimento do povo e no nível de competitividade nacional. As IES da China necessitam urgentemente de mecanismos de inovação científica que tenham como núcleo a formação de agentes inovadores. Necessitam também, para sua própria garantia, da sistematização e da mobilidade dos fatores de inovação e de seus recursos. A implementação dos Projetos 985 e 211, de cursos de excelência, de programas e formação de talentos recebeu o apoio de políticas educacionais e financeiras e resultou na elevação da capacitação docente e de pesquisa dos professores.

No entanto, ao se considerar a totalidade do ensino superior chinês, percebe-se que os elementos de inovação se mostram dispersos, fechados e ineficientes e que há uma evidente falta de equilíbrio na distribuição de seus recursos. Incentivar a integração de recursos torna-se requisito necessário e a tendência principal da evolução da inovação da educação superior. Por esta razão, em 29 de abril de 2011, por ocasião da celebração do centenário da Universidade Tsinghua e após a realização dos Projetos 211 e 985, foi promulgado o Planejamento de Elevação da Nova Capacidade de Inovação das IES de alta qualidade, ou Plano 2011, que atende a necessidades emergenciais e demonstra ser uma importante estratégia para o Estado.

O plano enfatiza o *design* de alto nível e a inovação coordenada das IES. Seu núcleo central é a criação de novos formatos e plataformas de inovação coordenadas que executem importantes missões nacionais e locais, por meio de reformas do sistema, para que, assim, a complementaridade e o compartilhamento de recursos entre IES, governo local, empresas e grupos de corporações se realizem concretamente, não se restringindo a um mero mecanismo de programa de pesquisa científica.

O principal ator desse planejamento são as IES de alto nível, mas suas ideias de inovação podem motivar outras IES de diferentes níveis a participarem, e assim contribuírem para o avanço e a inovação das pesquisas científicas.

Em 11 de abril de 2012, o Ministério da Educação publicou em seu portal uma lista de Centros Nacionais Colaborativos de Inovação com as primeiras quatorze instituições reconhecidas pelo Plano 2011. Na lista, constam áreas como física quântica, química e engenharia química, biomedicina, engenharia aeroespacial, transporte, entre outras áreas importantes e necessárias ao desenvolvimento do país.

Essa publicação indica que a educação superior chinesa ingressou em um período-chave de desenvolvimento do conteúdo e de ampla melhoria da qualidade do ensino superior.

Há uma previsão de que, em 2020, a taxa de matrícula na educação superior alcançará 40% da população na faixa etária apropriada para cursar o ensino superior. O aumento de recursos financeiros destinados às políticas educacionais do governo oferece uma garantia forte de concretização desta previsão. Ao mesmo tempo, seguindo a experiência internacional dos últimos trinta anos, o país percebeu que uma das principais tendências da reforma do sistema financeiro – no que se refere às políticas educacionais encontradas em outros países – está no compartilhamento de custos no âmbito do ensino superior e que, por essa razão, o estudante e a sociedade passaram a arcar, junto com o Estado, com uma parte maior dos custos (He, 2013).

Portanto, é preciso ainda construir mecanismos diversificados de arrecadação de recursos financeiros e mobilizar as forças sociais, o suporte das empresas e o investimento individual para apoiarem conjuntamente o desenvolvimento da educação superior.

A China tem adotado importantes estratégias de Estado e aumentado seu investimento em inovação. Por intermédio dos Projetos 211 e 985, bem como dos Miniprojetos 211 e 985 e do Plano 2011, e tendo como pano de fundo o processo de popularização da educação superior, formou-se um modo de organização social diversificado, multidimensional, com a coexistência de canais variados e um sistema de educação superior completo que melhorou seus serviços para atender às necessidades políticas do Estado e ao desenvolvimento econômico do país.

3 O SISTEMA ADMINISTRATIVO INTERNO DAS UNIVERSIDADES: CARACTERÍSTICAS CHINESAS

A popularização da educação superior não só promoveu a mudança do sistema de gestão externa como também exigiu uma reforma interna equivalente nos mecanismos de administração. Por essa razão, a partir de 1989, passou a vigorar o Sistema de Responsabilidade do Reitor, sob orientação do Comitê do PCC da instituição. Assim, desde 1998, a Legislação de Educação Superior da República Popular da China determina que a educação superior será regida pelo Sistema de Responsabilidade do Reitor e pelo Poder Legislativo.

O Sistema de Responsabilidade do Reitor é um modelo básico de gestão institucional, característico do socialismo chinês. A atuação do PCC junto às IES se dá através da criação dos comitês de base da universidade, que são presididos pelos reitores das instituições, que ocupam uma posição crucial de liderança na universidade.

O comitê responsabiliza-se pelo trabalho institucional como um todo e lidera o trabalho ideológico-político da universidade e o planejamento de longo prazo. É o reitor que cuida das estratégias amplas, das decisões sobre os assuntos e das questões importantes relativas à concepção e ao modo de funcionamento, reforma do sistema, dos direitos, dos poderes dos docentes e dos funcionários, dentre outras deliberações. Em outras palavras, o reitor se responsabiliza por certificar a direção, planejar estratégias, propor ideias, comandar a formação dos líderes e da equipe de funcionários bem como escolher, contratar e avaliar a equipe de trabalho. Dessa maneira, o reitor se encontra em uma posição crucial na liderança da universidade.

O reitor, portanto, é, ao mesmo tempo, o executor das decisões do comitê e seu principal membro. Além disso, é o representante jurídico e o principal responsável pelas políticas da universidade, cabendo-lhe, em conformidade com a legislação, responsabilizar-se amplamente pelos trabalhos administrativos ligados ao ensino, à pesquisa científica e a outros assuntos, bem como elaborar o planejamento da universidade, formular o plano de trabalho anual, organizar sua implementação, criar programas de organização interna, recomendar candidatos a vice-reitores, nomear e demitir funcionários, contratar e demitir docentes, administrar os estudantes, elaborar e executar o orçamento anual da universidade, dentre outras atribuições.

O comitê é uma liderança coletiva, que determina a direção correta da universidade, cabendo ao reitor ser um implementador concreto e responsável de medidas que garantam o funcionamento eficiente de toda a instituição. Sendo assim, há uma divisão clara de trabalho entre essas duas instâncias que se complementam e se fiscalizam mutuamente para manter o desenvolvimento positivo e sustentável da universidade.

Ademais, as IES adotam, internamente, um sistema de gestão constituído por mecanismos de "distribuição" de poder, divididos em quatro áreas diferentes: política, administrativa, acadêmica e democrática.

O mecanismo de poder político se constitui, principalmente, na estrutura da organização, por meio da criação, pelo Comitê do Partido, da Comissão de Inspeção Disciplinar, de departamentos de todos os níveis, do escritório do comitê, do setor de organização, divulgação e de estratégias gerais de trabalho para os estudantes, dentre outros. Fazem parte ainda dos mecanismos de poder político a Comissão do Sindicato e a Comissão da Liga da Juventude Comunista.

Na segunda área, o mecanismo de poder administrativo está ligado aos assuntos institucionais a cargo do reitor da universidade e se distribui entre seu gabinete e as secretarias de Planejamento, de Desenvolvimento, de Recursos Humanos, de Assuntos Pedagógicos, de Estudantes, de Pesquisa Científica, de Assuntos Financeiros, de Auditoria e Supervisão, de Administração Logística, de

Gestão dos Recursos e de Segurança. Na administração como um todo, têm-se adotado comumente funções de liderança, distribuídas entre as diferentes áreas, tais como a criação de faculdades e de institutos, que podem estabelecer seus próprios mecanismos de trabalho.

Na sequência, o mecanismo de poder acadêmico refere-se principalmente às comissões acadêmicas formadas pelos docentes seniores da instituição: de Avaliação do Diploma Acadêmico e de Avaliação de Cargos Profissionais.

Por fim, o mecanismo de poder democrático é constituído principalmente pelo congresso dos professores, pela coordenação de discussão de assuntos, pela publicação sobre assuntos institucionais, pela fiscalização democrática etc. Por ser um órgão permanente, a Comissão Executiva do Congresso dos Professores reflete a gestão democrática das IES do país.

Tendo em vista as características acadêmicas e profissionalizantes assim como a abrangência e a complexidade que constituem a administração das IES, a gestão da universidade deve manter os princípios coletivos e democráticos sob a liderança do comitê para tomar as decisões sobre assuntos importantes da instituição conforme os procedimentos da liderança coletiva, de concentração democrática e de deliberação em assembleia.

Está prevista a implantação de outros mecanismos que buscam garantir a justeza quanto às políticas e às decisões importantes na universidade e também assegurar a eficiência e o caráter democrático de sua execução. Três instrumentos são pensados para viabilizar a participação dos professores e funcionários na gestão da universidade: um sistema de consulta aos especialistas quanto à implementação de políticas; a escuta da opinião pública sobre importantes decisões e a publicação destas decisões para que se tornem de conhecimento geral. Com a descentralização das atividades do governo chinês nos últimos anos e o aumento correspondente da autonomia das IES, há uma urgência nas reformas do sistema de gestão interna. Por essa razão, muitas IES têm executado projetos-pilotos, descritos a seguir, para reformar suas políticas administrativas.

3.1 Qualificar a estrutura de gestão interna

Como parte das mudanças gradativas promovidas pelo governo com vistas a uma maior autonomia das IES, o Plano Nacional Chinês para Reforma e Desenvolvimento Educacional de Médio e Longo Prazo (2010-2020) estabeleceu que

> as IES devem elaborar seus respectivos estatutos conforme as disposições legais, por meio do regulamento do seu estatuto a universidade desenvolverá sua própria administração (...), o estatuto e o sistema devem ser estabelecidos conforme as próprias características e as determinações legais (China, 2010).

O processo de elaboração e revisão dos estatutos das universidades pode ser considerado como procedimento para estabelecer uma relação coordenada entre IES, governos locais e sociedade e, ao mesmo tempo, a implantação de uma gestão autônoma das instituições bem como a resolução das relações de poder entre reitoria, administração, academia e democracia.

3.2 Qualificar a estrutura de gestão interna

A Universidade de Wuhan qualificou sua estrutura de gestão interna através da divisão de poder na administração; a Universidade de Zhejiang criou o sistema de departamentos acadêmicos; as universidades de Tecnologia de Huazhong, do Sudeste e a Politécnica de Nanquim testaram o sistema de gestão de dois níveis entre as universidades e as faculdades; e a Universidade de Ciência Política da China propôs um sistema de conselho universitário.

3.3 Docente na gestão educacional

Ter professores na gestão da universidade garante não somente seu caráter democrático, científico e justo, mas também a representatividade mais ampla da perspectiva docente na administração. A adoção deste mecanismo é condizente com as idealizações dos últimos anos, que podem ser resumidas nos *slogans*, que defendem "Que os educadores administrem a educação" e "Fazer com que aqueles que realmente entendem sobre educação passem a administrá-la". Desta maneira, demonstra-se o aperfeiçoamento da gestão das IES e garante-se o caráter científico das universidades.

Os docentes também participam da construção de organizações acadêmicas, tais como a Comissão de Assuntos Universitários, a Comissão de Orientação Pedagógica, a Comissão de Diploma e a Assembleia de Representação dos Docentes e Funcionários. Dentro dessas instâncias, os professores aprovam as áreas acadêmicas, implantam as disciplinas, programam os estudos e as pesquisas científicas e avaliam o ensino. Com isso, os assuntos relativos à vida acadêmica podem ser tratados de forma mais igualitária, discutidos e avaliados democraticamente, assim como fiscalizados e executados de modo a garantir seu caráter científico.

3.4 Participação dos estudantes na gestão

O estimulo à iniciativa própria e à autonomia dos estudantes, sob orientação dos professores, é central nas atividades pedagógicas e se reflete na participação dos estudantes na gestão da universidade, no ensino e nas atividades sociais, que são uma parte importante da educação superior. Os universitários são considerados a base da existência da universidade e, junto a professores e funcionários, formam o tripé das IES. Em decorrência do novo contexto fornecido pela emergência da economia de mercado no país, torna-se notória a importância da diversificação da origem social dos estudantes como requisito fundamental no processo de

democratização da política. O respeito à personalidade e à individualidade dos estudantes e o cultivo à sua saúde física e espiritual são componentes importantes para garantir o alcance do objetivo da educação superior: a formação de pessoas modernas e independentes.

A participação dos universitários na gestão da universidade é o principal desafio da democratização do ensino superior e da criação de um sistema interno de qualidade e de cultura, além de ser um fator inegável de elevação da qualidade da própria educação superior. Tal qual proposto pela Visão e Ação, da Organização das Nações Unidas (ONU), a China tem proposto que os responsáveis pelas decisões das IES – e do país como um todo – considerem os universitários como principais participantes e responsáveis pela reforma da educação superior. As IES devem, dentro desse princípio, incluir a participação dos estudantes nas discussões relacionadas com os problemas da educação superior, com a avaliação das instituições educacionais, com a reforma dos cursos, com a metodologia de ensino assim como incluir na elaboração da política e do trabalho de gestão institucional (Unesco, 1998).

A definição, a partir de ângulos diferentes, da necessidade de participação democrática dos universitários na gestão institucional e dos métodos e medidas a serem adotadas é encontrada em vários documentos importantes, como o *Livro da Legislação Educacional da República Popular da China*;[11] o Regulamento de Gestão dos Estudantes das IESRs,[12] promulgado pelo Ministério da Educação no dia 1º de setembro de 2005; e o Plano Nacional Chinês para Reforma e Desenvolvimento Educacional de Médio e Longo Prazo (2010-2020)[13] (China, 2005; 2010).

A participação dos universitários na gestão educacional se manifesta, prioritariamente, na escolha do curso e na avaliação direta da metodologia e da qualidade de ensino do professor assim como de sua evolução e concepção educacional. Muitas IES, das quais o Colégio de Estudos Políticos da Juventude Chinesa é um exemplo, têm reunido as avaliações dos estudantes para analisar a qualidade de ensino dos docentes. Além delas, a equipe do professor Shi Jinghuan, do Instituto de Pesquisa da Educação da Universidade Tsinghua, realizou, a partir de um levantamento organizado pelo estadunidense George D. Kuh sobre o engajamento dos estudantes, uma investigação em âmbito nacional sobre o mesmo tema em aproximadamente cem IES chinesas, cujos resultados causam impacto nas instituições envolvidas tanto em termos teóricos quanto numa perspectiva prática e são utilizados para melhorar as diversas políticas e as medidas de gestão, além de, também, de forma mais ampla, promover melhoria da qualidade de ensino das instituições.

11. Capítulo II da seção VI – *Os direitos e as obrigações do educando.*
12. Art. 41 do capítulo IV e art. 60 do capítulo V.
13. Art. 40 do capítulo XII – *Estabelecimento do sistema da universidade moderna.*

Além disso, a participação dos estudantes na gestão institucional se dá em espaços que privilegiam a discussão, a exemplo da Comissão de Discussão de Temas e do Sistema de Informação da Universidade de Economia e Direito de Zhongnan. A comissão convoca regularmente a Assembleia dos Estudantes para reunir opiniões e *feedback* dos estudantes e encaminhá-los para o líder da universidade, que, por sua vez, deve responder à comissão no tempo determinado. A participação se dá ainda em fóruns variados, como a Assembleia de Participação dos Calouros, o Sistema de Participação dos Universitários, o almoço entre docentes e discentes e a Conferência de Publicação de Notícias Estudantis, da Universidade Normal de Huadong, ou o Dia do Atendimento do Reitor da Universidade Tsinghua e do Colégio de Estudos Políticos da Juventude Chinesa. Além disso, a participação pode ser observada no sistema de contratação de estudantes como assistentes do reitor, a exemplo da Universidade Normal da Capital. Existe também a participação no desenho institucional por meio de mecanismos como, por exemplo, a Comissão de Manutenção de Direitos dos Estudantes, da Universidade Industrial de Hunan; a Auditoria do *Campus*; e o Reitor *on-line*, implantado por algumas IES de Shanghai. Por fim, várias IES também criaram nos *campi* um canal chamado *Bulletin Board System* (BBS), que é um caminho importante para a participação na gestão institucional, na observação da sociedade e na expressão do próprio pensamento.

Do ponto de vista do conteúdo, a participação dos estudantes na gestão institucional está organizada em três áreas: *i)* participação nos assuntos relacionados diretamente com os direitos dos estudantes – como, por exemplo, o processo de desenvolvimento da universidade, a gestão educacional e as decisões sobre a cultura dos *campi*, dos departamentos relacionados e sua avaliação; *ii)* participação nas políticas e nos sistemas diretamente relacionados com os direitos do aluno bem como na gestão de mecanismos educacionais, pedagógicos e sua fiscalização – além disso, participação na divulgação de políticas relacionadas, bem como na fiscalização de sua implantação; e *iii)* participação na gestão dos departamentos institucionais diretamente relacionados com os direitos do aluno, através da fiscalização e da administração do processo de aprendizagem do aluno e de sua vida.

O engajamento dos universitários também tem se deslocado de uma dimensão individual para outra pautada nos interesses coletivos relativos ao macrodesenvolvimento da universidade. Organizações como a Associação Estudantil, a Associação de Pós-Graduação e o Departamento de Administração Estudantil, que são espaços de comunicação entre a universidade e os estudantes, possuem importância destacada. Por intermédio dessas organizações, os estudantes podem expressar suas demandas para a universidade. O fortalecimento da consciência, da capacidade e da vontade de engajamento dos universitários faz com que a organização estudantil tenha, cada vez mais, sua afirmação estabelecida.

4 SISTEMA DE GARANTIA À QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR DA CHINA: EM PROL DO MELHOR CRESCIMENTO DO ALUNO

O núcleo da reforma do ensino superior chinês, orientado e promovido diretamente pelo governo, é o desenvolvimento de conteúdo que eleve a qualidade da educação e a capacidade de inovação e aperfeiçoamento do moderno sistema socialista de educação superior. O efeito mais visível da reforma foi um grande movimento de aproveitamento da autonomia das próprias IES, manifestado em iniciativas em áreas como a graduação, a internacionalização e a informatização. Além disso, priorizar enfaticamente a igualdade educacional e os valores internos da educação superior – de modo a envolver todos os principais elementos do crescimento dos educandos – e, com isso, desenvolver o conteúdo das IES com vistas à elevação da qualidade da educação.

4.1 Projeto de educação e ensino qualificados: a progressão racional das políticas macroscópicas da popularização da educação superior

Desde 1998, o acelerado desenvolvimento da educação superior, resultante de sua popularização, foi acompanhado, *pari passu*, de uma maior clareza a respeito da importância fundamental da relação entre qualidade de ensino, formação de talentos e padrão de avaliação.

A melhoria da qualidade do ensino torna-se um projeto de sistematização abrangente que depende de um sistema universitário moderno, de ideias avançadas sobre educação, de um sistema de garantia da qualidade interna das universidades e de mecanismos de gestão eficientes e sistematizados que demandam atenção geral por parte do governo, das IES e da sociedade.

Por essa razão, desde o início da década de 1980, a China tem realizado avaliações da graduação. Em 2003, por meio do Plano de Ação de Rejuvenescimento da Educação (2003-2007), o Ministério da Educação propôs claramente um sistema de avaliação quinquenal do nível do trabalho pedagógico das IESR e, em agosto de 2004, criou o Centro de Avaliação da Educação e do Ensino, órgão diretamente subordinado a esse ministério. Com isso, o trabalho de avaliação da educação e do ensino no país tem sido paulatinamente sistematizado, padronizado, profissionalizado e tornado mais científico.

Em 2007, o Ministério da Educação e o das Finanças propõem, conjuntamente, mais um projeto importante, implementado de forma vertical pelo país, em prol da concretização da reforma educacional, no contexto da popularização do ensino superior. O Projeto de Reforma de Qualidade do Ensino e do Ensino da Graduação das IES, também conhecido simplesmente por Projeto de Qualidade, baseou-se em outros três projetos: o Professor Renomado Nacional e o Curso de Excelência Nacional, vigentes em 2003, e o Centro Nacional de Demonstração de Ensino Experimental, de 2005. O Projeto de Qualidade recebeu um aporte

financeiro do governo central de RMB 2,5 bilhões durante o XI Plano Quinquenal (2006-2010).

Em 2011, tendo como base o resumo das experiências de avaliação de anos anteriores, o Ministério da Educação promulgou um parecer sobre o trabalho de avaliação da graduação das IESRs, determinando que o conteúdo principal da avaliação institucional tinha de ser a certificação e a avaliação profissional, a avaliação internacional e o controle dos dados sobre o quadro básico do ensino. No início de 2012, esse ministério certificou programas de avaliação do novo ciclo, publicou medidas de implementação da avaliação e de aprovação do trabalho pedagógico das IESRs etc.

Em 16 de março de 2012, o ministério publicou um parecer, denominado *30 Itens Para a Educação Superior*, sobre como elevar amplamente a qualidade da educação superior. Nele, uma série de medidas inovadoras é proposta em prol da formação de talentos, da pesquisa científica, do serviço social, da área cultural e da gestão educacional. Além disso, determinou que o ensino superior deve persistir com a escala estável, qualificar a estrutura, fortificar as peculiaridades, priorizar a inovação e caminhar para o desenvolvimento de conteúdo, tendo como núcleo a elevação da qualidade. Determinou ainda que "a elevação da escala do ensino superior tem como principais funções: (...) desenvolver a educação superior profissionalizante, a educação continuada e o mestrado e ampliar a educação privada e a educação cooperativa" e também "debruçar-se sobre a criação de um sistema de classificação das IES, elaborar medidas de gestão de classificação, [e] superar a tendência de homogeneização". Deve-se cultivar ativamente as capacidades que atendam às necessidades do desenvolvimento social e limitar o recrutamento em cursos que não apresentam alta empregabilidade. Essa iniciativa do Ministério da Educação beneficiará as IES, respeitando suas realidades e orientando-as cientificamente para elevar a qualidade do ensino por meio dessa construção personalizada.

Os *30 itens para a educação superior* propõe, ainda, "aperfeiçoar o sistema da moderna universidade chinesa, realizar e ampliar a autonomia de organização educacional das IES, [e] esclarecer suas responsabilidades "como caminho importante para a superação dos impasses do sistema, elevar a qualidade da educação e, paralelamente, aperfeiçoar o sistema de recrutamento para que ele seja mais autônomo e orientado. O sistema deve refletir o princípio geral de educar sem distinguir e de educar conforme a característica do educando. Nesse sentido, as IES devem oferecer oportunidades educacionais para estudantes com características especiais ou que se encontram em situações excepcionais,[14] de modo a estruturar o sistema de educação superior com o equilíbrio entre a "elite" e o "popular".

14. Essa admissão se refere àqueles candidatos que não conseguiram nota de corte (pontuação total ou nota de uma determinada disciplina) para passar para a segunda fase do vestibular, mas que são admitidos excepcionalmente por apresentarem habilidades atípicas ou desempenho profissional proeminente.

É necessário combinar entusiasmo, iniciativa própria e inovação para poder alcançar, de forma satisfatória, os objetivos inerentes às IES. Deve-se sempre combinar as necessidades locais de desenvolvimento econômico com a própria organização educacional.

Em 3 de junho de 2013, o Ministério da Educação e o de Finanças publicaram um parecer sobre o Projeto de Reforma da Qualidade de Ensino e do Ensino da Graduação das IES durante o período da implementação do XII Plano Quinquenal – Ofício Educação Superior nº 226 (2011) e uma notificação sobre o início da implantação do Projeto da Educação de Graduação e da Reforma Piloto de Profissionalização Abrangente.

Com isso, e seguindo recomendações dos departamentos de políticas educacionais de cada instância administrativa, e rigorosamente de acordo com as vagas disponíveis em cada província e cidade, aprovaram 550 cursos, entre os quais ciência e engenharia de energia renovável na Universidade de Tecnologia de Beijing.

No projeto Reforma Piloto de Profissionalização Abrangente, esses ministérios enfatizam e incluem como objetivos da gestão das IES pontos-chave para o desenvolvimento da qualidade do ensino, tais como os cursos de excelência, a especialização com características diferenciadas, dentre outros. Sua adoção tem por finalidade motivar as IES a sistematicamente valorizarem e projetarem sua administração interna de modo a mostrar a eficiência da sua gestão autônoma. Também as IES devem, para concretizar uma reforma ampla e abrangente, levar em consideração a qualidade do treinamento da equipe pedagógica, o material didático, a didática, a gestão educacional, dentre outros elos importantes da profissionalização da universidade. Dessa forma, espera-se criar um coletivo com qualidade reconhecida, voltado à promoção de mudanças educacionais com ideais avançados, distintos e eficientes.

4.2 Compatibilidade educacional: modelo de graduação com amplo acesso, múltipla escolha, prioridade em prática e formação de habilidades fortes

A educação, como processo de formação humana, tem como objetivo primordial a construção de um entendimento sobre o verdadeiro, o belo e o estético da natureza humana que se reflita em cuidado com o próprio ser humano. Por essa razão, as IES têm apresentado propostas diferentes de reforma, que, contudo, possuem todas a mesma ideia central: qualquer ação tem como núcleo o estudante e por isso se orienta e se organiza tendo em vista o crescimento e a capacitação dele. Para perseguir essa ideia central, existem, atualmente, os Programas de Engenheiros Excelentes e a Reforma de Colégio-Piloto, além de outras sessenta IES no país que estão revendo seus processos de formação de talentos inovadores. Além disso, as IES têm observado tanto a dedicação dos estudantes na aprendizagem quanto seus próprios processos,

sua qualidade, sua formação e seu desenvolvimento voltados para as características e à personalidade do educando. As IES fizeram diversas alterações, a exemplo da Universidade Tsinghua, que mudou seu lema da formação de talentos de "criar talentos inovadores e de alta excelência" para "formar talentos de liderança".

Ou, ainda, a Universidade de Nanquim, que adotou o lema "intermediação entre educação geral e personalização" como forma de cultivar a competitividade dos estudantes por meio da oferta de um espaço maior para seu desenvolvimento e autonomia de escolha das atividades. Nessa mesma tendência, a "ampliação de oportunidades profissionais, incentivo à interdisciplinaridade, opções diversificadas e resultados progressivos" que a mesma universidade de Nanquim adotou como ideia norteadora na reforma das ciências exatas e que mostra a dupla prioridade da personalização e da diversificação em sua reforma abrangente.

4.3 Fortificar a educação prática, elevando a capacidade prática do estudante

As IES têm, cada vez mais, priorizado e estendido as atividades práticas de seus estudantes, tendo em vista a elevação da capacidade de aplicação e de sua dimensão cognitiva. Além disso, têm orientado os estudantes a realizar ações inovadoras em oficinas. Nesse sentido, elas têm desenvolvido diversas práticas nos *campi*, oferecendo oportunidades de renda por meio de contratos de trabalho na biblioteca e em postos como assistente de ensino e de pesquisa.

Paralelamente, as universidades ainda enriquecem a vida universitária por meio de atividades extracurriculares diversificadas, motivando assim potenciais diferentes dos estudantes bem como cultivando amplamente seus interesses. Por exemplo, para aguçar a capacidade de pesquisa científica e inovação dos graduandos, a Universidade Tsinghua implementou o Programa de Treinamento de Pesquisa dos Graduandos (em inglês, Undergraduate Student Research Training Program – SRT);[15] e a Universidade de Zhejiang promoveu o Programa de Treinamento de Pesquisa dos Universitários (em inglês, Student Research Training Program – SRTP).[16] Utilizando-se dos modelos adotados pelas universidades Tsinghua e de Zhejiang, instituições como as universidades de Pequim, Fudan, de Xiamen, Sun Yat-Sen e a de Tecnologia da China também desenvolveram políticas referentes ao treinamento de iniciação científica dos graduandos. O SRTP tornou-se o modelo de treinamento prático em pesquisa científica dos graduandos chineses.

---

15. Desde 1996, a Universidade Tsinghua já incluiu, de forma pioneira, o cultivo da capacidade de pesquisa científica no planejamento pedagógico da graduação e o sistema de cultivo de talentos. Assim, oferece para os graduandos, por meio de programas de pesquisa científica, a oportunidade de treinamento desta pesquisa bem como o apoio financeiro para que possam ter o contato com as tecnologias e compreender seu desenvolvimento.

16. Desde 1998, organizou-se uma edição por ano, totalizando treze edições em maio de 2011 e 16.337 projetos. O atual SRTP da Universidade de Zhejiang possui dois papéis: projeto de inovação tecnológica e cientistas emergentes, voltado para os universitários desta província e base para o projeto de experimentos inovadores destinado para os universitários destacados nacionalmente. Assim, criou-se o sistema de treinamento para estudos científicos dirigido aos graduandos.

4.4 Importar e formar docentes qualificados, garantindo a educação de alta qualidade

Ter um corpo docente qualificado é condição fundamental para a concretização de ideias avançadas de ensino e a garantia de um ensino de excelência. Atualmente, muitas IES contratam professores de forma rigorosa e rígida e priorizam tanto o treinamento dos docentes jovens quanto a experiência no exterior. Além disso, as instituições executam o Sistema Primário de Educação, cujo núcleo é o ensino, a pesquisa e o mestre-discípulo, em que os professores mais novos se tornam assistentes dos professores mais velhos, assegurando, desse modo, tanto o nível de ensino quanto a qualidade do novo docente. O Instituto de Estudos Políticos da Juventude da China, por exemplo, em sua contratação anual de professores, além de considerar a capacidade de ensino e pesquisa do docente, observa o currículo acadêmico dos candidatos. Até a contratação definitiva, são aplicadas diversas provas em formatos variados. Além disso, para assegurar a qualidade de ensino dos professores recém-contratados, as universidades ainda realizam uma série de treinamentos e recebem orientação de professores veteranos, supervisão de especialistas e são avaliados pelo departamento.

Para criar universidades de excelência, muitas IES têm se dedicado à contratação de especialistas qualificados e ao recrutamento de professores visitantes em âmbito internacional, além de fazer circular, entre as instituições, professores e estudiosos qualificados para participarem de atividades como o ensino dos estudantes de graduação, discussões e orientação.

Em 2004, por exemplo, Andrew Chi-Chih Yao, um dos melhores cientistas do mundo e vencedor do Prêmio Turing – a maior premiação da área de computação do mundo –, desistiu da livre-docência na Universidade de Princeton para dar aula na Universidade Tsinghua. Em Tsinghua, ele criou a Turma de Yao e pôde organizar pessoalmente o método pedagógico bem como ministrar cursos de introdução e de especialização em sua área. Na turma de Yao, ele convidou professores de reconhecida excelência para transmitir novas ideias e conhecimentos para os estudantes com mais potencial por acreditar que universidades de excelência possuem estudantes de excelência e que agrupar os melhores professores e os melhores estudantes certamente produzirá a chama de inovação. Para ele, é indubitável que professores excelentes formarão estudantes talentosos e inovadores.

4.5 Internacionalização: marca e tendência da elevação de qualidade das instituições de educação superior da China

Internacionalização é uma tendência importante da educação superior dos últimos anos. Passados mais de trinta anos de reforma e desenvolvimento do ensino superior chinês, principalmente com a implementação bem-sucedida dos Projetos 211 e 985, hoje está formado um sistema universitário moderno e de qualidade. Nele há cursos

e disciplinas completas, características específicas, uma organização educacional excelente e um alto grau de abertura. Várias universidades de excelência aperfeiçoaram suas condições de administração, de formação de estudantes talentosos, de nível de formação dos docentes, de pesquisas científicas e áreas acadêmicas e construíram, desse modo, as bases científicas de alto nível, mas com características específicas. No momento, a internacionalização da educação superior chinesa tem crescido paulatinamente, e cada vez mais estudantes fazem intercâmbio na China.

Conforme estatística do Ministério da Educação, em 2011, os estudantes de intercâmbio na China ultrapassaram a marca de 290 mil, distribuídos entre 660 IES, institutos de pesquisa e órgãos de educação. Do ponto de vista da origem, 64,21% desses estudantes provinham da Ásia; 16,15%, da Europa; 11,05%, das Américas; 7,09%, da África; e 1,50%, da Oceania. Dentre esses, os estudantes oriundos do continente africano e das Américas tiveram a maior taxa de crescimento, 26,46% e 18,75% respectivamente. Por fim, do ponto de vista da classificação administrativa, 40,61% desses estudantes são acadêmicos, dos quais 74,44% provenientes da graduação e 19,74% e 5,83%, do mestrado e do doutorado respectivamente (China, 2011).

Nos últimos anos, a educação superior tem acelerado o processo de internacionalização, especialmente pelo desempenho de algumas universidades de excelência. Por exemplo, a Universidade Tsinghua envia, a cada ano, em torno de 4,7 mil professores para estudar, pesquisar ou realizar visitas no exterior e mais de 3,3 mil estudantes para intercâmbios, estágios ou assembleias internacionais e competições em diversas áreas. Além disso, as universidades chinesas recebem anualmente mais de 2,4 mil visitas de laureados do Prêmio Nobel, presidentes de organizações científicas internacionais e profissionais responsáveis por órgãos de pesquisa, oficiais de departamentos e de governos do exterior, embaixadores, dentre outros.

Até 2012, a Universidade Tsinghua recebeu mais de 22 mil estudantes estrangeiros. Só no semestre de outono desse mesmo ano, 3,5 mil estudantes de 108 países diferentes estavam fazendo intercâmbio em Tsinghua. Dentre eles, 75% cursavam graduação, mestrado e doutorado e 25% faziam cursos de especialização ou realizavam pesquisas de cooperação internacional, ou, ainda, estudavam a língua e a cultura chinesas. Atualmente, 38 cursos de graduação, 99 programas de mestrado e 78 programas de doutorado da universidade recebem estudantes estrangeiros. Entre os pós-graduandos, há estudantes graduados em instituições renomadas, como a Universidade de Harvard, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts e a Universidade de Stanford (Universidade Tsinghua, 2013). Resultado inevitável das reformas, esses dados demonstram que a educação superior chinesa já possui uma certa reputação e competitividade internacionais e que esse processo constitui uma tendência de desenvolvimento também para o futuro.

4.6 Informatização: auxílio na reforma abrangente da educação

Desde 2001, universidades europeias e dos Estados Unidos, como as universidades de Yale e de Cambridge e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts, têm disponibilizado aulas abertas na internet de forma gratuita. Com o tempo, essa modalidade de ensino tornou-se uma moda na China. Como resultado, em 2011, a empresa Netease organizou um grupo para elaborar, divulgar e propagar aulas abertas na rede, transmitindo milhares de aulas das universidades mais renomadas do mundo.

Influenciada por essa inovação, em março de 2011, a Universidade Fudan também transmitiu sua primeira palestra *on-line*, intitulada *O teimoso som grave.* Em meados deste mesmo ano, a Universidade Jiaotong, de Xian, ofereceu aulas abertas na internet e, em junho, a Universidade Zhejiang abriu oito cursos *on-line.* Em 9 de novembro, o Ministério da Educação aprovou o desenvolvimento de mais vinte cursos na internet. Durante todo o ano de 2012, foram lançados novos cursos *on-line* e aulas abertas. Só no dia 5 de janeiro deste ano, para citar um exemplo, foram divulgados 23 cursos.

Até junho de 2013, 266 cursos foram postados na internet. Em maio do mesmo ano, com a onda de cursos *on-line* abertos e massivos (em inglês, *massive open on-line course* – Mooc) também no cenário internacional, a Universidade Tsinghua e a Universidade de Pequim entraram na plataforma educativa *on-line* e sem fins lucrativos edX, organizada conjuntamente pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts e pela Universidade de Harvard, com o intuito de promover uma série de cursos educativos.

Em 23 de junho de 2013, dando sequência à abertura de videoaulas das universidades chinesas, 120 cursos de compartilhamento de recursos foram lançados na plataforma *icourses*[17] e divulgados gratuitamente para o público. Os cursos oferecidos abrangem: exatas, engenharias, humanas, direito, economia, educação, dentre outros. Do total, 84 são disciplinas de graduação, 22 são de especializações profissionalizantes e quatorze são educacionais. O total de recursos compartilhados atingiu o número de 31.985 (Primeira..., 2013).

Essa atividade conta com a participação de 78 IES de 21 províncias – tais como Beijing, Tianjin, Shanghai e Jiangsu – e conta com a cooperação de 1.456 professores, incluindo professores eméritos da Academia de Engenharias da China bem como professores renomados.

Os cursos oferecidos possuem características distintas e reúnem a sabedoria dos docentes, quer seja na concepção de educação, quer seja no modo de ensino, realizando, dessa forma, uma reforma pedagógica abrangente. Isso não só eleva a qualidade de ensino do país e constrói a marca do ensino superior

17. Disponível em: <www.icourses.edu.cn>.

chinês, mas também se revela uma oportunidade para um novo ciclo ecológico da educação, de incentivo ao compartilhamento de recursos pedagógicos e ao aperfeiçoamento da conexão com as necessidades culturais da sociedade, e assim permite cumprir seu papel na sociedade.

As IES chinesas têm desenvolvido a reforma do ensino no contexto do crescimento da informatização. Em julho de 2013, disponibilizou-se o curso do Terceiro Semestre Virtual, da Universidade de Ciências Políticas e Direito da China, na internet. Abriu-se um estudo para sistematizar uma reflexão profunda em relação à interação professor-aluno e ao processo de aprendizagem. Assim, o processo de aprendizagem com cursos cíclicos, estudos próprios e avaliação unificada se tornou um complemento eficiente das classes tradicionais, como disse o diretor de assuntos acadêmicos da Universidade de Ciências Políticas e Direito da China, Yu Zhigang:

> o objetivo do Terceiro Semestre Virtual é: construir um novo modo de autoestudo aberto, multidimensional e eficiente dos estudantes, baseado nos limites do sistema de semestre, tempo e créditos existente. Oferecer para o aluno uma experiência de aprendizagem autônoma, flexível e alegre (Terceiro..., 2013).

A Universidade de Ciência Política e Direito da China tinha um semestre de primavera e um de outono. Acrescentou-se o Terceiro Semestre Virtual e um minissemestre de férias de verão, totalizando atualmente quatro semestres. Assim, prolongou-se o período do ensino, superando as limitações de tempo e espaço impostas pelo ensino tradicional, além de se ter inovado em relação à concepção, à gestão, à estruturação e ao modo de ensino. Isso beneficiou fortemente o estudo autônomo e personalizado dos estudantes bem como qualificou o processo de cultivo de capacidades.

5 A TENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA CHINA: QUALIDADE, EFICIÊNCIA E IGUALDADE

No período atual de desenvolvimento da educação superior, é bastante perceptível o seguinte: *i)* o desenvolvimento do ensino superior tem se pautado pela estratégia, planejamento e sistematização, e o país tem priorizado crescentemente a função estratégica da inovação e a construção da competitividade da educação superior; *ii)* a liderança do governo tem priorizado as iniciativas e o ritmo de desenvolvimento das IES, além de oferecer orientações e apoio necessários; *iii)* o eixo central do desenvolvimento tem sido a elevação da qualidade e da capacidade de inovação e a evolução de seu conteúdo – esse eixo toma a construção de um sistema de ensino superior alinhado com o socialismo especial chinês bem como com a busca por um caminho para aprofundar as reflexões e promover sistematicamente a reforma e a melhoria do ensino superior; e *iv)* a reforma da educação superior, ainda que tenha que considerar as insuficiências e problemas existentes, mostra-se sistemática e abrangente.

Atualmente, a educação superior da China encontra-se em um novo período histórico de seu desenvolvimento, marcado pelo avanço inédito da globalização e pela ascensão da economia do conhecimento e em que o produto interno bruto (PIB) *per capita* anual no país chegou a mais de US$ 5 mil, nível que apresenta o risco de cair naquilo que os economistas denominam de "armadilha da renda média". Nesse contexto, qual é a perspectiva de desenvolvimento da educação superior?

O relatório do XVIII Congresso do Partido Comunista deixa claro que, para que a educação superior sirva ao fortalecimento do Estado e de políticas públicas de atendimento ao povo, o caminho a ser adotado nesse novo período histórico é o do desenvolvimento de conteúdo.

5.1 Continuar a explorar a criação e a implementação de sistema de universidade de característica contemporânea, ampliando a autonomia na gestão das universidades

Apesar de a reforma do sistema de gestão externo e da administração interna das IES ter promovido um avanço histórico no ensino superior, alguns problemas ainda persistem, como o do cruzamento entre departamentos, o da pouca clareza sobre as responsabilidades e os deveres, o da insuficiente descentralização por parte do governo, o da falta de autonomia e poder e o da falta de capacidade das organizações educacionais, dentre outras situações.

A China encontra-se atualmente no período de implementação do XII Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social, que visa acelerar a transformação do modelo de crescimento econômico, a modernização da estrutura de setores de produção e a construção de uma sociedade amigável e defensora do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Com esses objetivos em vista, o país precisa, com urgência, de ideias, conhecimentos e suporte de pessoal capacitado em relação às políticas de Estado que levarão o país ao desenvolvimento econômico e à estabilidade social.

Com a promulgação do XII Plano Quinquenal do Desenvolvimento da Educação, em 14 de junho de 2012, o Ministério da Educação apresentou seu planejamento para a construção de um sistema universitário contemporâneo que permita à China ingressar na lista dos países com recursos humanos altamente qualificados. Para isso, terá que implementar um programa moderno de educação e de formação de uma sociedade de aprendizagem até 2020.

Para elevar o nível de inovação tecnológica e a qualidade de formação dos estudantes, o país realizará novas e permanentes reformas na gestão da educação superior com vistas a simplificar as políticas e aprofundar sua descentralização e, por conseguinte, mudar o que ainda permanece sob o controle do governo central. Para superar a tendência, ainda existente, de dar excessivo peso à administração

central, a política universitária das IES, assim como sua administração, deverá ser dissociada da administração governamental. O novo modelo também deverá explorar a tensão entre governo, universidade e sociedade.

Essa nova etapa de reformas na gestão da educação superior deverá estimular a vivacidade da organização educacional das IES, promover a autoconstrução das universidades e fomentar a elaboração de estatutos universitários que estejam em sintonia com a construção desse moderno sistema de ensino. Além disso, por meio de um processo de padronização, deverá ajustar a estrutura do poder, respeitando a autonomia das universidades, e realizar uma política que esteja em harmonia com o ritmo do desenvolvimento da educação superior. A relação governo-universidade mudou de obrigatória para incentivada, e o governo caminhará, cada vez mais, nos bastidores, formando assim um cenário para a coliderança entre governo, mercado e academia.

5.2 Qualificar a estrutura do ensino superior e a distribuição de recursos, em prol da diversificação da educação superior

A estrutura da educação superior da China bem como a distribuição de seus recursos sofreram também um avanço histórico. No entanto, em termos tanto de escala quanto de velocidade, a cobrança do governo ante o processo de popularização do ensino ainda apresenta insuficiências. Já do ponto de vista da estrutura, a inexistência de uma definição clara a respeito dos diferentes níveis das IES e sobre um modelo convergente de sua administração evidencia a ausência de padrão científico de caracterização dessa estrutura. As universidades de baixa qualidade, por exemplo, têm apresentado um fenômeno de falso crescimento. Sua hierarquia de ensino não é bem organizada, a comunicação entre elas e as instituições de níveis diferentes não é fluida e há uma desproporcionalidade entre elas.

Modelos variados de ensino superior são uma premissa fundamental para uma educação ao longo da vida (*lifelong learning*,) envolvidos num processo de popularização. No entanto, há problemas, tais como falta de convergência na forma de ensino, ausência de um enfoque profissionalizante no conteúdo pedagógico, fazendo com que a educação se pareça com uma réplica medíocre de ensino superior. Além disso, falta comunicação e flexibilidade entre os departamentos internos da educação superior, a estrutura das IES é uniforme e falta atenção mais acurada as suas diferentes demandas.

No que tange à estrutura dos cursos, como resultado de sua crescente autonomia, as IES procuraram criar disciplinas que vão ao encontro das necessidades do mercado. Contudo, têm evitado cursos de engenharias, mais caros e mais exigentes do ponto de vista da qualidade. Assim, apesar da tentativa de coordenar a oferta com o mercado, há muito ainda a ser melhorado no conteúdo dos cursos.

No que se refere à estrutura regional, há um cenário de divisão entre o Leste e o Oeste do país. A parte oriental possui mais IES, alto nível de organização e formato diversificado de ensino que a região Oeste. Esta, por seu turno, tem uma quantidade relativamente pequena de instituições e um nível mais baixo e uniforme de ensino. Atualmente, o país iniciou uma série de políticas de construção de IES na região Centro-Oeste e pretende inovar, incentivando o compartilhamento e a complementaridade mútua de recursos, de modo a equilibrar o desenvolvimento da educação superior nessas regiões e, com isso, trazer o desenvolvimento econômico.

Em termos de distribuição do financiamento, os principais recursos da educação superior, atualmente, estão sob o controle do governo central, por isso, a maioria das universidades e cursos de excelência, tais como os do Projeto 211 e do Projeto 985, concentram-se nos projetos diretamente ligados ao Ministério da Educação. Tanto as IES quanto as instituições particulares locais das províncias possuem recursos limitados. Esta distribuição de recursos reduziu a importância do mercado bem como o entusiasmo das organizações educacionais. Com restrições financeiras é difícil oferecer um ensino diversificado e unificado que garanta a profissionalização.

A ampliação da educação superior se transformou em uma tendência irreversível no mundo. Neste cenário, a adequação ou não da coordenação do sistema influencia diretamente em seu grau de eficiência. Para se alcançar uma adequada coordenação do sistema e o bom desempenho de suas funções, é preciso que a orientação da educação acadêmica e as necessidades sociais estejam interligadas e se unifiquem. Nesse sentido, é preciso se adequar às necessidades da moderna produção industrial e agrícola bem como ao sucesso de uma cultura de inovação.

Com o desenvolvimento acelerado da economia do conhecimento, a educação superior, por ser o nível mais alto do sistema educacional, exerce uma função de extrema relevância ao promover o desenvolvimento social e realizar a formação abrangente dos indivíduos. No processo de construção da educação superior, do fortalecimento do Estado, por meio de seus recursos humanos, bem como da elevação da competitividade da nação, não existe escolha a não ser acelerar o desenvolvimento da educação superior e elevar a qualidade do ensino. Existe um caminho a ser percorrido para construir um sistema completo, flexível, saudável e moderno.

5.3 Enfatizar o *design* de alto nível da educação superior e desenvolver a inovação na visão e no pensamento

O pensamento é a alma do desenvolvimento da educação superior (Wang e Ma, 2012). A história da educação superior comprova que a ampliação e a inovação ideológica exerceram uma função essencial em relação às reformas educacionais e

ao processo de seu desenvolvimento. Três fatores se relacionaram no processo: o apoio teórico da evolução da educação superior, sua orientação política e o *design* como um todo.

Com as mudanças incessantes das políticas internas e externas, além das mudanças econômicas, tornou-se necessário ao ensino superior transformar ininterruptamente seu sistema macroscópico e sua gestão interna para poder exercer, de fato, suas funções de orientação e de apoio à política, à economia e à cultura.

As diretrizes, o pensamento estratégico e as teorias, bem como as compilações das experiências bem-sucedidas e fracassadas, além do *design* de alto nível da ciência são necessárias para o desenvolvimento sustentável do ensino superior.

A implantação da economia de mercado, o desenvolvimento da educação, as reformas do ensino superior bem como a organização autônoma das universidades precisam começar com a inovação das concepções ideológicas para melhorar a estrutura do ensino de excelência. Além disso, é preciso que esses processos avancem de forma coletiva, evitando assim erros e falhas.

5.4 Persistir como núcleo no trabalho educacional, garantindo eficientemente a qualidade da educação

O trabalho de ensino é o eterno núcleo da educação superior, assim como a qualidade é sua linha vital. Com o desenvolvimento rápido da economia do conhecimento e da globalização, o aperfeiçoamento da educação superior se tornou uma das estratégias importantes de elevação da competitividade de todos os países do mundo. Por essa razão, o aperfeiçoamento da qualidade da formação de profissionais na educação superior é um tema importante da reforma. Inaugura-se, assim, a era do melhoramento da qualidade do ensino superior.

O ensino constitui-se, junto da formação de profissionais e de recursos humanos de qualidade, entre outras dimensões, uma importante função da educação superior. Desta forma, deve, ao mesmo tempo, priorizar a educação de conhecimentos gerais e levar em conta a base das culturas tradicionais. Assim, a educação superior da China, cujas visões política e econômica transitaram de um modelo utilitarista para um outro de formação humana diversificada, deve destacar seu conteúdo e o valor da educação em si.

Portanto, deve-se persistir na formação humana como primeira responsabilidade do ensino superior e ter como núcleo um trabalho pedagógico que promova a construção de um sistema que satisfaça as necessidades sociais. Além disso, elevar a qualidade da educação no país é um dever decorrente do desenvolvimento da educação superior bem como um requisito básico para o fortalecimento do Estado e a construção de recursos humanos.

5.5 Desenvolver amplamente a informatização para alcançar a igualdade, a democracia e a modernização da educação superior

A informatização influencia diretamente o desenvolvimento da educação superior no mundo inteiro. Atualmente, ela se tornou uma estratégia de desenvolvimento do Estado, transformando-se em um importante processo não só para a nação, mas também para a educação superior. Percebe-se que a informatização da educação superior rompeu com as limitações de tempo e de espaço e vem beneficiando estudantes, que compartilham recursos educativos de qualidade.

Além disso, por meio da informatização, é possível transferir essa educação de qualidade para as grandes regiões do Centro-Oeste, onde há poucas instituições de ensino. Paralelamente, também é possível oferecer uma aprendizagem diversificada para estudantes de características, personalidades e preferências diferentes, concretizando assim a ideia da educação para todos bem como equilibrando a educação popular e a da elite. Desse modo, uma educação igualitária e democrática torna-se realidade. Portanto, com o desenvolvimento de tecnologias como a internet e seu uso amplo na educação, a informatização da educação superior promoverá a aceleração da sua própria modernização.

REFERÊNCIAS

CHINA. Ministério da Educação. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <http://goo.gl/zQCgQS>.

_____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <http://goo.gl/zQCgQS>.

_____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 1999. Disponível em: <http://goo.gl/zQCgQS>.

_____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <http://goo.gl/zQCgQS>.

_____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://goo.gl/zQCgQS>.

_____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <http://goo.gl/zQCgQS>.

_____. **Regulamento de gestão dos estudantes das IESR**. Beijing: Ministério da Educação, 2005.

_____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/zQCgQS>.

_____. **Plano Nacional Chinês para Reforma e Desenvolvimento Educacional de Médio e Longo Prazo (2010-2020)**. Beijing: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/RsFely>.

_____. **Anuário da Educação da China**. Beijing: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/Txjx65>.

HE, Zubin (Org.). Inventário de 10 grandes assuntos da educação superior do ano 2012: grandes assuntos da educação superior do ano de 2012. **Jornal da Universidade de Guangxi**, Nanning, v. 24, n. 1, p. 5-15, mar. 2013.

HUANG, Shuai. **O estudo de mudanças da estrutura da educação superior chinesa**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Nordeste, Shenyang, 2010.

MA, Luting. A herança ideológica das reformas da educação superior para o novo século. **Gestão Educacional das Instituições de Ensino Superior**, v. 7, n. 4, p. 1-7, 2013.

PRIMEIRA estreia de recursos compartilhados das universidades chinesas. **icourses**, 10 jul. 2013. Disponível em: <http://goo.gl/jXcsnF>.

TERCEIRO semestre virtual: nova dimensão das aulas universitárias. **icourses**, 25 jul. 2013. Disponível em: <http://goo.gl/BZ2gpx>.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**: visão e ação. Paris: Unesco, 1998. Disponível em: <http://goo.gl/aVymks>.

UNIVERSIDADE TSINGHUA. **Dados estatísticos de estudantes estrangeiros**. Pequim: Universidade Tsinghua, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/aJ9E1o>.

WANG, Jingxiu; MA, Luting. Dar o apoio eterno para o trabalho educativo: a compreensão do aprendizado das ideias do companheiro Zhou Yuanqing. **Estudo da Educação Superior**, n. 12, p. 13-18, 2012.

ZHOU, Mansheng. As reformas e o desenvolvimento da educação superior da China. **Fórum do Departamento do Partido da China**, v. 10, p. 17-20, 2012.